

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.122 - AL (2019/0052621-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : ANTONIA MARGARIDA CALHEIROS DA ROCHA NUNES  
**AGRAVANTE** : EVA PACHECO FREITAS  
**AGRAVANTE** : EVANGELA PEREIRA DE SOUZA  
**AGRAVANTE** : IVONETE MARIA BRAZ DOS SANTOS  
**AGRAVANTE** : JOAO TEIXEIRA FILHO  
**AGRAVANTE** : MARIA APARECIDA FEITOSA  
**AGRAVANTE** : MARIA CLOTILDES DOS SANTOS SILVA  
**AGRAVANTE** : MARIA DE FATIMA CELERINO DE MORAES  
**AGRAVANTE** : MARIA IRAILDES RODRIGUES DE ALENCAR  
**AGRAVANTE** : MARIA JOSE MARTINS MENDES SANTOS  
**AGRAVANTE** : MARIA SHIRLEY MAGALHAES DA SILVA  
**AGRAVANTE** : MARLY DE OLIVEIRA CAVALCANTI  
**AGRAVANTE** : PALMIRA FERREIRA SANTOS  
**AGRAVANTE** : TELMA MARIA DE OLIVEIRA  
**AGRAVANTE** : TERESINHA PINTO PEREIRA  
**ADVOGADOS** : CLAUDIO PAULINO DOS SANTOS - AL013123  
ADEMYR CESAR FRANCO - AL014184A  
CARLOS REZENDE JUNIOR - AL014488A  
**AGRAVADO** : AL PREVIDENCIA  
**AGRAVADO** : ESTADO DE ALAGOAS  
**PROCURADOR** : MARCOS VIEIRA SAVALL E OUTRO(S) - BA015030

**EMENTA**

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. URV. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ANTONIA MARGARIDA CALHEIROS DA ROCHA NUNES e OUTROS em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que negou admissibilidade ao especial sob a compreensão de que "a fundamentação veiculada neste recurso especial não é hábil a infirmar o acórdão recorrido, pois a conclusão a que chegou este Tribunal de origem está em consonância com a consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Contra tal compreensão sobreveio o presente agravo.

Ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Está prescrita a pretensão dos autores, visto que a demanda foi proposta cinco

anos após lei que reestruturou a carreira dos servidores estaduais.

Destaco trecho do acórdão:

[...] analisando o art. 1º do Decreto n. 20.910/32 e a Lei Estadual 6.197/2000, que reestruturou a carreira dos apelantes, momento em que teve início o prazo prescricional de cinco anos para reposição das perdas, o qual findou em 2005, é nítida a ocorrência da prescrição, porquanto esgotado o lapso temporal mínimo exigido para que o servidor público reclame as perdas decorrentes da sobredita conversão, tendo em vista que a ação foi interposta somente em 20 de junho de 2016.

Com efeito, o STJ pacificou entendimento no sentido de que

"as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Assim, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017).

Incidente o teor da Súmula nº 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

**Relator**